



09 de Julho de 2010

Edição nº 1

Informativo Comissão Pró-Subsídio

Nesta edição:	
<u><i>Confira um retrospecto do PCS IV</i></u>	<u>2</u>
<u><i>Avalie as perspectivas do movimento</i></u>	<u>3</u>
<u><i>Judiciário já sinaliza aceitar 4 parcelas</i></u>	<u>3</u>
<u><i>Ainda têm dúvidas? Leia o nosso FAQ</i></u>	<u>4</u>
<u><i>Novas tabelas de remuneração</i></u>	<u>5</u>
<u><i>Comissão chama você para a luta</i></u>	<u>6</u>

Deputados propõem subsídio na CFT

Prezados Servidores,

Avançamos mais um passo na caminhada rumo à adoção do Subsídio como forma de remuneração no Judiciário e no MPU. Os deputados Reginaldo Lopes (PT/MG) e Félix Mendonça (DEM/BA) protocolizaram no dia 07 de julho na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara as Emendas que modificam o PL 6613/2009, adotando

as tabelas de remuneração reivindicadas por mais de 5 mil servidores que aderiram ao Abaixo-Assinado formulado pela Comissão Pró-Subsídio.

Ao chegarmos neste ponto, cremos ser relevante uma prudente avaliação de todo o cenário, o que só se torna possível com um breve retrospecto do PCS4. Leia mais na [Pág. 2](#)



"Os sindicalistas dizem que aceitaram negociar um percentual que seja aceitável do ponto de vista da capacidade dos cofres do governo. "

Não vamos aceitar!!!

Fonte: [G1—Política](#)

Mobilização virtual, resultados reais

Somos aproximadamente 20 servidores a coordenar os passos do movimento pró-subsídio. Além destes, há centenas de outros colegas que prestam auxílio as nossas atividades. Estamos em constante reunião, em tempo real, com ferramentas da internet. Assim que sabemos de qualquer informação, colocamos os dados em discussão. Isto tem sido muito importante para confirmar ou desmentir os boatos com agilidade.

Uma prova da seriedade do nosso trabalho é que, ao contrário do que já aconteceu com outros veículos, não di-

vulgamos em nosso site nenhuma notícia que não se tenha confirmado.

Além da concentração por meio da internet (algo absolutamente necessário, uma vez que estamos espalhados pelo Brasil e não contamos com nenhuma forma de custeio para reuniões presenciais em Brasília), também desenvolvemos ações concretas na capital federal e nos estados, conforme já divulgado no site www.subsidioja.com.br. Para citar alguns exemplos, já estivemos à mesa com o Ministro Paulo Bernardo, com diversos deputados federais, servidores

da área técnica do MPOG e Ministros do STF e CNJ.

Ferramenta para a discussão da categoria

Um novo fórum de discussão sobre Plano de Carreira e Revisão Salarial está disponível no endereço <http://pcsja.forumeiros.com>

Em menos de uma semana de existência, o site já conta com mais de 300 servidores registrados no site e já chegou a mais de 100 acessos simultâneos – colegas conversando em tempo real sobre os andamentos da mobilização em todo o país.

Retrospecto



© Histórico do PCS IV

Em 2008, o STF criou um Grupo de Trabalho com o fim de discutir o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário. Este grupo, que contou com a participação dos Diretores Gerais dos Tribunais Superiores e de representantes da FENAJUFE, percebendo que não iria finalizar o trabalho a tempo de respeitar o cronograma orçamentário, decidiu sobre o bem-estar as discussões sobre a carreira e encampar um projeto exclusivamente voltado para a revisão salarial.

Em julho de 2009, os Diretores Gerais finalizaram uma proposta encomendada pelo então Presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes. O texto vinculava a revisão a uma Gratificação de Desempenho, nos moldes do Tribunal de Contas da União - TCU (hoje, paradigma de remuneração para as reivindicações de várias categorias de servidores). A proposta foi rechaçada pela FENAJUFE nos bastidores, o que contribuiu para a perda do prazo orçamentário.

Seguiu-se um outro Anteprojeto de Lei, por meio do qual se criava uma “Gratificação de Representação” para os servidores sem Função Comissionada, nos moldes da GAS e da GAE, na ordem de 35%, bem como uma reformulação da GAJ/GAMPU. Não houve consenso.

O acirramento das discussões redundou na perda do prazo orçamentário (31 de agosto de 2009) para que o PCS fosse implantado em 2010.

Na seqüência, houve a inter-

venção da Frente Associativa dos Magistrados (FRENTAS) no sentido de serem reduzidos os percentuais de reajuste, e, a partir daí, a proposta foi finalizada com a chancela do Ministro Ives Gandra, representando o CNJ. Na ocasião, houve uma greve nacional em apelo ao STF para que o PL fosse enviado ao Congresso Nacional, o que só ocorreu em Dezembro de 2009.

Durante a greve, a Comissão Pró-Subsídio começou a ser formada. Naquela época, ingenuamente, tentávamos convencer alguns líderes sindicais a apresentarem a proposta de subsídio. Chegou a ser dito pelo Coordenador Roberto Policarpo, em conversa informal com membros da Comissão, que “o importante, na ocasião, era fazer chegar uma proposta no Congresso Nacional. Depois, podia-se discutir o Subsídio – porque provavelmente o Executivo iria propô-lo.”

Depois de chegar ao Congresso Nacional, o PL 6613/2009 ficou alguns meses sem andamento na CTASP. Foi criado o site da Comissão e divulgado um Abaixo-Assinado. Buscou-se articular ações com Deputados Federais a fim de apresentar uma emenda em favor do Subsídio. No entanto, o discurso sindical apontava que não haveria tempo para uma discussão com a categoria. Diversos membros voluntariam-se em elaborar estudos de impacto orçamentário com base nas tabelas remuneratórias divulgadas

pelos Tribunais (Resolução 102 do CNJ). Dados preliminares apontavam uma drástica economia a partir da implantação do Subsídio, ainda que com remunerações mais altas do que as propostas no PL 6613/2009.

Foi elaborado, nesta época, um Memorial Consolidado, no qual a Comissão Pró-Subsídio detalhou diversos aspectos da proposta submetida ao Abaixo-Assinado. As versões do Memorial eram atualizadas tempestivamente, conforme surgiam novos dados orçamentários disponibilizados pelos Tribunais. Diversas autoridades dos Três Poderes receberam estes documentos (MPOG, STF, STJ, CNJ, TSE e Câmara dos Deputados).

O Governo pede a realização de uma audiência pública para discutir os dados orçamentários do PCS4, mesmo antes de sua chegada à Comissão de Finanças e Tributação. Na oportunidade, o Ministério do Planejamento, por meio da Secretária Maria do Socorro, informou que era questionável a insistência no modelo de remuneração baseado em Vencimento, Gratificações, etc. (enfim, a manutenção de várias rubricas). Deixou-se muito claro que o impacto orçamentário era muito alto e que isto inviabilizava a aprovação do projeto. No início de maio, a categoria deflagra greve nacional por tempo indeterminado.

Retrospecto...

Dois Deputados Federais da base do Governo engajaram-se no processo de negociação, recebendo a Comissão Pró-Subsídio para discutir os pontos polêmicos do PCS4. Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais, e Fernando Marroni, do PT do Rio Grande do Sul, participaram da reunião entre MPOG, CTASP e FENAJUFE. Na ocasião, estiveram presentes dois servidores do movimento Pró-Subsídio. Foi entregue pessoalmente ao Ministro Paulo Bernardo um ofício assinado pelo Deputado Reginaldo Lopes no qual se encaminhava formalmente ao Executivo o Memorial da

Comissão Pró-Subsídio. Bernardo avaliou positivamente a proposta, afirmando que com a adoção do Subsídio a negociação seria facilitada. No entanto, ponderou que a iniciativa deveria partir do Judiciário – em respeito à autonomia constitucional deste Poder.

Somente em meados de junho o relatório foi aprovado na primeira comissão, sem haver, porém, qualquer acordo orçamentário que viabilizasse a sua implementação. Em reunião com membros da FENAJUFE e da Agepoljus, o Ministro Paulo Bernardo chegou a falar em valores de Subsídio, sem aprofundar a discussão (a

notícia foi sonegada pela FENAJUFE, tendo sido divulgada somente pela Associação dos Agentes de Segurança—[link](#)).

Ainda sem acordo, as cúpulas do Executivo e Judiciário reuniram-se pela primeira vez em Julho de 2010. O resultado do encontro, segundo divulgado pelo MPOG, foi no sentido de criar-se uma mesa de negociação para a reformulação do PCS4, submetendo-se o resultado ao novo presidente eleito. A votação na Câmara dos Deputados ficaria para novembro, depois das eleições. Permanece o impasse acerca do impacto orçamentário.

Avalie as perspectivas do movimento

Em greve há dois meses, os servidores já se mostram fragilizados pela ausência de dados concretos sobre as possibilidades de aprovação da recomposição salarial, fato que pode comprometer a continuidade do movimento paredista. Segundo noticiado pelo G1 (<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/07/lula-quer-ouvir-presidente-eleito-sobre-reajuste-do-judiciario-diz-bernardo.html>), “Os sindicalistas dizem que aceitam negociar um percentual que seja aceitável do ponto de vista da capacidade dos cofres do governo”. Nota-se, com isso, certa tendência pelo acatamento de uma redução da proposta

inicialmente negociada em 56% de reajuste. Naturalmente, esta não é uma fala aberta da direção sindical, mas, como dito, uma *tendência*.

Conforme noticiado na imprensa, ([veja a reportagem completa clicando aqui](#)) “Os funcionários em início de carreira seriam os principais beneficiados pela proposta apresentada por deputados ao ministro Paulo Bernardo. Em vez de reajustar os salários, seria pago um subsídio aos funcionários, que seria proporcionalmente maior para os que recebem menos. “A conta cairia de R\$ 7 bilhões para R\$ 3 bilhões.” o impacto sofreria uma redução substancial. Avaliando-se, pois, o anda-

mento das discussões sobre o PCS4, nota-se a existência de apenas duas opções concretas para a sua implementação: (1) a adoção de um subsídio maior para todos os servidores; ou (2) a diminuição do reajuste, nos moldes do PL 6613, para 36% (ambas as opções acarretariam um impacto orçamentário de aproximadamente R\$ 4 bilhões, valor máximo que o Governo sinaliza estar disposto a pagar).

Para que estes dados sejam confirmados é indispensável um estudo a ser realizado pelo próprio Poder Judiciário, que detém a totalidade das informações referentes à folha de pagamento.

Na audiência pública realizada na CTASP, deixou-se muito claro que o impacto orçamentário era muito alto, e isso inviabilizava a aprovação.

“O Ministro considera razoável a transformação da remuneração dos servidores na forma de subsídio, mas mais uma vez reiterou que não cabe ao Poder Executivo propor a mudança.”

Fonte: [MPOG](#)

“Os funcionários em início de carreira seriam os principais beneficiados pela proposta apresentada por deputados ao ministro Paulo Bernardo. Em vez de reajustar os salários, seria pago um subsídio aos funcionários, que seria proporcionalmente maior para os que recebem menos. “A conta cairia de R\$ 7 bilhões para R\$ 3 bilhões.”

Fonte: [Estadão](#)

Perguntas frequentes – FAQ

1- Perderei meus direitos adquiridos (quintos/décimos, anuênios, vantagens, incorporações) ao longo dos anos por causa da implantação do subsídio?

Perder direitos é deixar de recebê-los, não é isso que acontece com a implantação do subsídio. Este apenas absorve estas parcelas, pois foi concebido para ser uma espécie remuneratória transparente e por meio de parcela única, ao contrário da sistemática atual que é repleta dos conhecidos “penduricalhos”, que não permitem o controle da sociedade de maneira clara e transparente.

2- E se eu já recebo valores acima dos previstos para o final de carreira adotando-se o subsídio. Perco esses valores?

O valor que ultrapassa os valores previstos para final de carreira será recebido via parcela complementar de subsídio, por isso não há redução dos valores e perda dos direitos adquiridos anteriormente.

3- É verdade que o subsídio só pode ser reajustado pela revisão geral anual prevista na Constituição Federal?

Negativo. Apenas a parcela complementar de subsídio é reajustada pela revisão geral anual, a tabela do subsídio pode ser reajustada em outros planos de carreira. Exemplo disso são os aumentos nas tabelas remuneratórias dos Membros do MPU e Judiciário Federal, sendo a última ocorrida no ano passado. Além deles a Polícia Federal já recebe por subsídio faz anos e hoje é uma das carreiras mais valorizadas do Estado.

4- Porque o subsídio reduz o impacto orçamentário-financeiro mesmo tendo tabelas maiores?

Como foi dito anteriormente, o subsídio absorve várias parcelas. Uma parcela significativa dos servidores do MPU e Judiciário tem parcelas inacumuláveis com o subsídio em seus contra-cheques. Dessa forma, no caso de um técnico em final de carreira que perceba: R\$ 6.360,00

(Vencimento + GAMP/UAJ) + R\$ 7.000,00 de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), com o plano atual percebe R\$ 13.360,00; na adoção de uma tabela por subsídio com final de carreira em R\$ 11.590,00, o valor a ser gasto com este servidor será a diferença entre o que ele recebe atualmente considerada a incorporação e a remuneração final por subsídio. Neste caso esse servidor continuará recebendo os mesmos R\$ 13.360,00 (sendo R\$ 11.590,00 de subsídio + R\$ 1.770,00 de parcela complementar). Neste caso não haveria impacto no orçamento.

Outro exemplo seria um técnico em final de carreira que perceba: R\$ 6.360,00 (Vencimento + GAMP/UAJ) + R\$ 1.000,00 de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), com o plano atual percebe R\$ 7.360,00. Na adoção de uma tabela por subsídio com final de carreira em R\$ 11.590,00, o valor a ser gasto com este servidor será a diferença entre o que ele recebe atualmente considerada a incorporação e a remuneração final por subsídio. O desembolso seria de R\$ 4.230,00 e não de R\$ 5.230,00 como será o caso de um técnico em final de carreira sem incorporações, VPNI's, anuênios, dentre outros.

5- Vou perder férias, 13º, auxílio-alimentação e auxílio-creche se adotar subsídio?

Negativo. Todas as espécies remuneratórias acima são acumuláveis com o subsídio.

6- Não vou poder receber opção de FC ou CJ no caso de remuneração por subsídio?

Negativo. A sistemática do recebimento das Fcs e Cjs não muda nada em relação à adoção do subsídio. Permanece inalterada.

7- Vou perder GAS e GAE com adoção do subsídio?

Sim. Porque como já foi dito o subsídio é uma remuneração em parcela única. Infelizmente, a criação dessas duas gratificações criou um grande racha na categoria, tendo em vista as associações que foram formadas a partir da luta por essas gratificações. Além disso, na tabela proposta nos PL's 6613/6697 verifica-se uma grande distorção, levando Oficiais de Justiça a perceber quase R\$ 4.000,00 a mais que os demais Analistas. Entretanto, a tabela proposta contém valores em alguns níveis até acima daqueles pretendidos na tabela constante dos PL's 6613/2009 e 6697/2009, impedindo, dessa forma, que os servidores que percebam essas gratificações tenham perdas com a implantação do subsídio.

8- Quais carreiras são remuneradas atualmente via subsídio?

As carreiras remuneradas pelo subsídio atualmente são aquelas que maior valorização tiveram nos últimos anos, devido ao acréscimo financeiro que essas categorias tiveram. Podem ser citadas:

- AUDITORES E ANALISTAS TRIBUTÁRIOS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
- ANALISTAS DO BANCO CENTRAL
- ANALISTAS DA SUSEP e IPEA
- ANALISTAS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
- DEFENSORES PÚBLICOS DA UNIÃO
- ADVOGADOS DA UNIÃO
- DELEGADOS, PERITOS, AGENTES, PAPILOSCOPISTAS E ESCRIVÃOS DE POLÍCIA FEDERAL

9- Existem mais carreiras querendo ser remuneradas por subsídio?

FAQ...

Sim. Devido à valorização que as carreiras de elite do Poder Executivo Federal tiveram por meio dos ganhos remuneratórios, as Agências Reguladoras já estão em negociação com o MPOG para serem remuneradas via subsídio. Estão intitulado-se até mesmo “Ciclo da Regulação”. Vide o site da ANER: <http://www.anerbrasil.org.br/index.php/content/view/1176.html>

10- Quer dizer que nossa carreira sendo remunerada por subsídio e com valores maiores do que as tabelas atualmente propostas será mais valorizada?

Sim. As carreiras do Ministério Público e Judiciário tornaram-se “trampolins” para outras carreiras, sobretudo entre os novatos. Estes entram e saem para outros órgãos devido à diferença salarial gritante que hoje existe, se comparado a carreiras análogas. Até mesmo o Ministro Gilmar Mendes reconheceu essa realidade no ano passado, quando foi questionado acerca dos valores das remunerações. Mesmo com esse aumento de 56% proposto atualmente, as tabelas ficarão defasadas em relação a outros órgãos, uma vez que o MPOG acenou por um parcelamento em 3 anos, dessa forma, o aumento seria de cerca de 38% considerando a inflação de 5% a.a. Além disso, a manutenção de um corpo técnico qualificado e a atração de candidatos de alto nível colaborarão com maior eficiência do Poder Judiciário e Ministério Público. Somos cientes de que para a prestação jurisdicional mudar como o nosso país precisa, é necessário que os órgãos onde trabalhamos transformem-se em ilhas de excelência, a exemplo do que ocorre com o Tribunal de Contas da União, que atrai e mantém servidores altamente qualificados de outros órgãos.

Tabela da emenda do subsídio

CARGO	CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO
Analista Judiciário	A	1	R\$ 12.960,77
		2	R\$ 14.232,00
		3	R\$ 14.516,64
		4	R\$ 14.806,97
		5	R\$ 15.103,11
	B	6	R\$ 15.707,23
		7	R\$ 16.021,38
		8	R\$ 16.341,81
		9	R\$ 16.668,64
	C	10	R\$ 17.335,39
		11	R\$ 17.647,43
		12	R\$ 17.965,08
		13	R\$ 18.478,45
Técnico Judiciário	A	1	R\$ 7.996,07
		2	R\$ 8.323,91
		3	R\$ 8.490,39
		4	R\$ 8.660,20
		5	R\$ 8.833,40
	B	6	R\$ 9.186,74
		7	R\$ 9.554,21
		8	R\$ 9.936,38
		9	R\$ 10.333,83
	C	10	R\$ 10.747,19
		11	R\$ 10.962,13
		12	R\$ 11.181,37
		13	R\$ 11.595,00
Auxiliar Judiciário	A	1	R\$ 4.000,00
		2	R\$ 4.148,00
		3	R\$ 4.297,33
		4	R\$ 4.447,73
		5	R\$ 4.603,41
	B	6	R\$ 4.842,78
		7	R\$ 5.002,59
		8	R\$ 5.162,68
		9	R\$ 5.322,72
	C	10	R\$ 5.674,02
		11	R\$ 5.832,89
		12	R\$ 5.990,38
		13	R\$ 6.146,13

Veja a emenda na íntegra no link:

<http://www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?CodTeor=786973>





<http://www.subsidioja.com.br>

Nossa Comissão, formada por servidores com as mais diversas orientações políticas, surgiu a partir de uma certa “crise de representatividade”, que, lamentavelmente, a categoria vem experimentando. Nunca tivemos, e isto deve ficar bem claro, a menor intenção de concorrer – no sentido negativo da expressão – com as direções sindicais. Todavia, para o nosso desgosto, não houve qualquer aproximação com as entidades que, formalmente, representam os servidores ao longo das negociações. Com este quadro, é fato que nos tornamos expoentes, uma vez que, sem pretensões corporativistas e sem burocracias rançosas, acolhemos e incentivamos os debates que, por muito, vêm sendo sonogados. E seu testemunho de apoio foi o nosso combustível.

Mesmo com todos os avanços que a nossa luta já proporcionou – em especial, a consolidação de um canal democrático ao alcance dos trabalhadores do Judiciário e do MPU –, não podemos deixar de convocá-los para mais uma jornada de esforços. Nos próximos dias, gostaríamos de tê-los cada vez mais ativamente ao nosso lado, participando do fórum de discussões, distribuindo e colhendo informações, enfim, atuando firme em nome de uma causa que, acima de tudo, é sua. A Comissão nasceu e cresceu através da internet, mostrando a todos que, apesar do escárnio de sermos apelidados de um “movimento virtual”, a tecnologia aproximou *concreta e realmente* um sem-número de vontades.

Continue conosco! **Promova o Abaixo-Assinado.** Faça circular este informativo, distribuindo-o em seu local de trabalho. Sinta-se à vontade para, doando alguns minutos do seu dia, tornar-se um ativista da categoria a qual pertence. Uma genuína ação política pode estar ao alcance de um *clik*.

FENAJUFE lança comunicado tardio sobre reunião com Ministro. Informações são questionáveis.

No dia 7/7, enquanto toda a categoria esperava por notícias do comando de greve acerca das reuniões realizadas com os Ministros Paulo Bernardo (MPOG) e Ricardo Lewandowski (STF/TSE), foram divulgados nos sites da FENAJUFE e do SINDJUS alguns informes desanimadores, indicando que em nada se haviam avançado às negociações. Curiosamente, no dia seguinte, a Fenajufe publicou uma segunda reportagem, na qual, a partir das mesmas reuniões, afirma que o Ministro Lewandowski referiu-se expressamente ao Subsídio, manifestando contrariedade à sua adoção. Além disso, o Ministro teria dito que *"Para nós o subsídio está fora de cogitação. Nenhuma outra categoria de servidor público tem isso, então não vamos aceitar que isso aconteça com a nossa categoria."*

Para nós, o comunicado perde sua confiabilidade a partir desta fala que, tardiamente publicada, choca-se frontalmente com a

verdade. Ora: sabemos que há diversas carreiras no serviço público que são remuneradas por Subsídio, e são justamente a essas carreiras que estamos buscando a equiparação (Ciclo de Gestão do Executivo, Receita Federal, Polícia Federal, Advocacia Geral da União etc.). Outro dado que só "vazou" hoje, possivelmente para tentar fazer frente ao movimento de apoio ao Subsídio - que só cresce -, é de que o Ministro Lewandowski sinalizou a aceitação de uma proposta parcelada em 4 vezes. Já sabemos, desde então, que o PCS4 não mais será implementado em 2 parcelas, tendo em vista que o próprio Judiciário já trabalha com um escalonamento maior.

Nas entrelinhas dos comunicados, nos bastidores, enfim, e a partir de uma leitura racional deste contexto, tem-se claro que, se os gastos orçamentários com o subsídio são de fato menores, o Executivo trabalhará com estes limites. Ou seja: não

"atropelará" a autonomia do Judiciário, forçando a mudança da forma de remuneração, mas, isto sim, limitará o crescimento da folha de pagamento ao seu custo, da ordem de R\$ 4 bilhões, segundo levantamentos preliminares realizados pela Comissão. Em vez de 56% de aumento, poderíamos ter, com o mesmo gasto, cerca de 35%.

Finalmente, repudiamos a forma com que a federação apresentou a notícia. Segundo consta, o Ministro, enfim, o Judiciário, não vai aceitar outra proposta: é como não dar ouvidos a uma voz que repercute fortemente no seio da categoria. Compreende-se que, desde então, a conduta sindical é defender a proposta institucional fragilizada (PL 6613/2009), em prejuízo de um movimento sério, pautado na moralização, e que cresce a cada dia.

Não seja apenas massa de manobra, lute pela sua carreira!